

Emanuel Guimarães

emanuel.guimaraes@sapo.pt

**Museus em tempo de mudança: A ação do Ecomuseu
de Ribeira de Pena no processo das Barragens do
Tâmega**

Resumo

O museu nascido da Nova Museologia é um museu dinâmico e interventivo, com influência nas dinâmicas da região onde se insere. Além da preservação do património, os museus da atualidade têm uma relação próxima com a comunidade envolvente e contribuem para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do território. Perante grandes alterações na paisagem e na sociedade, a capacidade de intervenção dos museus é ainda mais importante de modo a garantir que as grandes mudanças mantêm uma ligação com o passado e que se traduzem de forma positiva no futuro da comunidade e do seu território. O presente artigo pretende dar a conhecer a ação do Ecomuseu de Ribeira de Pena no processo de construção das Barragens do Tâmega, processo de profundas alterações para o território e para a comunidade da região, uma ação centrada na preservação do património representativo da identidade local e na valorização dos bens culturais, enquanto oportunidade de futuro para o desenvolvimento local.

Palavras-chave

Ecomuseu; Nova Museologia; Identidade Cultural; Paisagem Cultural; Barragens do Tâmega.

Nota biográfica

Emanuel Guimarães é licenciado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Colaborou com o Museu Nacional de Machado de Castro e com a Sé Velha de Coimbra no inventário e conservação de coleções. É técnico superior no Município de Ribeira de Pena onde é responsável pela gestão do património cultural e onde coordena o Ecomuseu de Ribeira de Pena. É ainda responsável por diversas iniciativas de divulgação do património. Tem dedicado especial reflexão à temática dos museus e a sua ligação ao desenvolvimento e à comunidade.

Abstract

The museum born from the New Museology is a dynamic and interventional museum, with influence on the dynamics of the region where it is located. In addition to preserving heritage, museums today have a close relationship with the surrounding community and contribute to the socio-economic and cultural development of the territory. In the face of major changes in the landscape and society, museums' ability to intervene is even more important in order to ensure that major changes maintain a connection with the past and that they translate positively into the future of the community and its territory. This article intends to make known the action of the Ribeira de Pena Ecomuseum in the construction process of the Tâmega Dams, a process of profound changes for the territory and for the community of the region, an action centered on the preservation of the heritage representing the local identity and valuing cultural assets as an opportunity for local development in the future.

Keywords

Ecomuseum; New Museology; Cultural Identity; Cultural Landscape; Tâmega Dams.

Biographical note

Emanuel Guimarães has a degree in Art History from the Faculty of Arts of the University of Coimbra and a Master's Degree in Museology from the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto. He collaborated with the National Museum of Machado de Castro and the Old Cathedral of Coimbra in the inventory and conservation of collections. He is a senior technician in the Municipality of Ribeira de Pena where he is responsible for the management of cultural heritage and where he coordinates the Ribeira de Pena Ecomuseum. He is also responsible for several initiatives to disseminate heritage. He has devoted special reflection to the theme of museums and their connection to development and the community.

Introdução

A criação do Ecomuseu de Ribeira de Pena teve por base os princípios da Nova Museologia, pressupondo a criação de uma instituição dinâmica e interventiva no contexto da região onde se insere. Para o efeito, tem contado com o envolvimento da comunidade local no desenvolvimento dos seus núcleos e na dinamização das suas atividades. Em contrapartida, o Ecomuseu tem alargado a oferta turístico-cultural da região, por meio da rede de núcleos que o integram e dos roteiros culturais que disponibiliza, mas também por meio da dinâmica cultural que desenvolve e que constitui um fator de atração de público para o território. O contributo do Ecomuseu deixa, assim, de ser apenas cultural, para ser também ambiental, social e económico com influência positiva no desenvolvimento sustentável da região. O desenvolvimento do Ecomuseu assentou numa paisagem tradicional, recheada de valor natural e cultural, que tinha preservado elementos de valor histórico, artístico, literário e etnográfico. Estes representavam elementos de valor identitário que constituíam também fatores de atração de visitantes.

A concessão das Barragens do Tâmega pelo Estado português representou uma alteração profunda na paisagem e nas dinâmicas do

concelho de Ribeira de Pena e da região envolvente. A construção das três barragens do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) representava a perda da paisagem tradicional, afetando habitações, propriedades agrícolas, vias de comunicação e monumentos, conduzindo a uma alteração dos hábitos e modos de vida da população. Estas alterações representavam ainda uma perda de espaços e bens associados a memórias e tradições, afetando, deste modo, as características identitárias da comunidade local.

O presente artigo pretende apresentar a intervenção levada a cabo pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena durante o processo de construção do SET, tendo em vista a preservação e valorização do património, enquanto meio de defesa da comunidade e de preservação da identidade local. No momento em que as obras se encontram em fase de conclusão e a Barragem de Daivões se prepara para começar a encher a sua albufeira, pretende-se ainda mostrar como a ação do Ecomuseu se centrou na valorização integrada do património local enquanto ativo que, associado à nova paisagem a ser criada, constituirá um fator de desenvolvimento regional.

1. O Ecomuseu: Um museu de intervenção

O conceito de museu tem conhecido, nas últimas décadas, mudanças profundas que lhe atribuem uma responsabilidade cada vez maior na sociedade. Na verdade, hoje, o museu define-se como uma instituição ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento (ICOM, s/d; Lei 47/2004), definição que confere a esta instituição a obrigação moral de intervir ativamente na dinâmica cultural, mas também social e económica do meio onde se insere.

Esta componente de intervenção atribuída aos museus começou a delinear-se a partir da década de 1970 com o movimento conhecido por Nova Museologia que se desenvolve em duas vertentes. Conhecida como a vertente francófona, uma primeira linha de pensamento assenta na ideia de ecomuseologia, desenvolvida por Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine, e reposiciona o museu enquanto espelho da comunidade e do seu território, base fundamental de uma atividade museológica, cuja ação deve ter em vista o seu desenvolvimento sustentável (Pessoa, 2001). Assume aqui especial relevo a ideia de democratização cultural, devendo a ação do museu proporcionar o acesso ao maior número possível de pessoas por meio de técnicas de

museografia inovadoras e da abertura do museu ao exterior, no sentido de conseguir ir ao encontro das necessidades do público. Outra linha de pensamento, conhecida como vertente anglo-saxónica, apresenta o museu enquanto espaço de crítica, reflexão e questionamento da realidade que melhor se consegue concretizar quanto maior for o âmbito do seu público, das suas práticas e da sua atividade. Ambas as vertentes apresentam um museu centrado nas funções sociais, na participação das populações e numa ação amplamente interventiva (Duarte, 2014). É com base nesta abrangente reflexão que em 1984 a Declaração do Québec vem definir a Nova Museologia como a museologia que primeiramente se preocupa com o desenvolvimento da comunidade, “refletindo as forças condutoras do progresso social e associando-as aos seus planos de futuro” (Davis, 1999: 58). Tal conduziu a uma transformação interna do museu, levando-o a adotar novas formas de comunicação e de relação com o público que é agora um elemento ativo da exposição (Gómez Martínez, 2006), mas levou também a uma transformação da sua relação com o meio onde se insere, aproximando-se da comunidade e intervindo ativamente na evolução da sociedade por meio da socialização das suas

funções que assumem agora uma vertente de serviço público (Valdés Sagüés, 1999).

Neste contexto, a definição dada aos ecomuseus, enquanto reflexos da comunidade e do território que lhe está associado, atribui-lhes um papel ainda mais interventivo, uma vez que assumem uma ação direta nas dinâmicas económicas, ambientais e socioculturais do meio que os caracteriza. Os ecomuseus surgem, assim, como agentes promotores do desenvolvimento sustentável, por meio da valorização do património natural e cultural enquanto elementos geradores de riqueza e de qualidade de vida da comunidade (Nabais, 1993) (Fig. 1).



Fig. 1 – O Museu do Linho, núcleo do Ecomuseu de Ribeira de Pena, que integra a oficina onde as tecedeiras de Limões mantêm a sua atividade. ©Emanuel Guimarães.

O Ecomuseu de Ribeira de Pena é um projeto de iniciativa municipal, nascido do trabalho

desenvolvido junto das coletividades locais, dando resposta a uma comunidade que procura redescobrir e reavivar as suas raízes, ao mesmo tempo que procura preservar e valorizar o património que caracteriza da sua identidade. O concelho de Ribeira de Pena localiza-se na fronteira entre o Minho e Trás-os-Montes, onde se encontram diferentes sub-regiões, como o Barroso, o Alto Tâmega ou a região de Basto, que influenciam a paisagem, os hábitos, os saberes e as tradições. Enquanto museu de comunidade, dedicou-se a conhecer, preservar e valorizar o património cultural material e imaterial que detém maior significado para a população local, em particular nos seus marcos distintivos, e a compreender os pontos de especial interesse para construir o museu que deveria representar a população e interpretar o território. A criação dos seus cinco núcleos, que oferecem um roteiro pelo concelho, foi feita com o envolvimento da comunidade que ainda hoje lhes dá vida. A reconversão de espaços patrimoniais detentores de maior significado e carga simbólica entre os ribeirense e a criação de roteiros culturais complementares à visita dos núcleos permitiu criar uma oferta integrada que, associada a outros espaços de interesse turístico, contribui para a atração de visitantes à região. O Ecomuseu desenvolve ainda uma ação sociocultural, envolvendo a

comunidade e os vários agentes parceiros, e que se traduz num conjunto de iniciativas com o objetivo de promover o território, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local.

2. As Barragens do Tâmega

Em dezembro de 2007, o Governo português apresentou o Programa de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico com o objetivo de cumprir as metas energéticas estabelecidas, aproveitando o potencial hidroelétrico nacional ainda por explorar e considerado então uma aposta do país nas energias renováveis. Pretendia-se desta forma reduzir a dependência energética do exterior, ao mesmo tempo que se reduzia até 2020 o potencial hídrico por aproveitar de 54% para 33% (Apa, 2020). O Programa incluía dez locais do Norte e Centro de Portugal que seriam dotados de barragens de elevado potencial hidroelétrico a concessionar em concurso internacional.

Quatro desses locais foram localizados na bacia hidrográfica do rio Tâmega, com influência na área territorial do concelho de Ribeira de Pena: Daivões, Gouvães, Padroselos e Alto Tâmega, compondo a denominada “Cascata do Rio

Tâmega”¹. Este conjunto de barragens foi concessionado à empresa espanhola Iberdrola S. A., que se encarregaria da sua construção e exploração por um período de 70 anos, mediante o pagamento de um prémio de concessão de 303 milhões de euros (Iberdrola, 2020).

O Relatório de Impacte Ambiental viria a reduzir para três as barragens que viriam a constituir o SET, Daivões, Gouvães e Alto Tâmega, uma vez que a construção da Barragem de Padroselos seria inviabilizada pela descoberta, no Rio Beça, de uma colónia de bivalves conhecida como mexilhão do rio do Norte², espécie rara e protegida pela legislação europeia (Lusa, 2010).

Ao fim de avanços e recuos no Plano Nacional de Barragens, avançaria por fim apenas a construção da Barragem do Tua e duas barragens do SET, cujos trabalhos se vêm a iniciar em 2014. A construção deste complexo de três barragens interligadas obrigou à construção e beneficiação de acessos, construção de pedreiras, estaleiros e outras infraestruturas de apoio às obras, construção dos paredões da represa, das centrais hidroelétricas e dos sistemas de turbinagem de água entre elas, que inclui a construção de um

¹ A Cascata do Rio Tâmega incluía ainda a Barragem de Fridão, cuja construção foi, entretanto, suspensa.

² *Margaritifera Margaritifera*.

túnel de sete quilómetros de extensão para ligação entre as barragens de Daivões e Gouvães, além da construção de várias subestações de produção elétrica, postos de corte, edifícios de gestão e corredores de distribuição de energia. A construção atingiu o pico dos trabalhos em 2018, com cerca de 3.500 trabalhadores, estando prevista a conclusão das barragens de Daivões e Gouvães durante o ano de 2020, ano que marcará o início do enchimento das duas albufeiras (Lusa, 2020). Encontram-se neste momento em fase de conclusão os trabalhos de desconstrução de infraestruturas preexistentes e de desmatção da vegetação na zona das albufeiras, cuja operação comercial está prevista para 2021. Apenas os trabalhos de construção da Barragem do Alto Tâmega terão continuidade até 2023, ano em que se prevê a conclusão do SET e a sua total operacionalização (Iberdrola, 2020) (Fig. 2).

Trata-se da construção de um dos maiores projetos hidroelétricos da Europa, o maior dos últimos 25 anos e o maior investimento energético em curso em Portugal, representando um investimento de 1.500 milhões de euros (Iberdrola, 2020). Os seus 1.158 megawatts (MW) aumentarão em 6% a potência instalada em Portugal e permitirão a produção de 1.766 gigawatts-hora (GWh), o

equivalente ao abastecimento dos municípios vizinhos e das cidades de Braga e Guimarães.



Fig. 2 – Esquema de funcionamento do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) (Iberdrola, 2020).

O sistema de bombagem reversível entre as barragens (Fig. 3) permitirá gerir o caudal do rio Tâmega de forma a produzir ou armazenar eletricidade, dando vantagem competitiva ao SET (Prado, 2019). A energia excedente em períodos de baixo consumo será utilizada para bombear água de um reservatório menor para um maior, obtendo-se eletricidade que permitirá ajudar a atender às necessidades do mercado durante as horas de maior procura. Apelidado de “Gigabateria do Tâmega”, terá capacidade de fornecer quase 900 MW de

capacidade de bombagem para o sistema elétrico português, implicando um aumento de 30% em relação aos MW de bombagem que o país vizinho possui atualmente. Esta capacidade traduz-se num armazenamento suficiente para fornecer energia limpa a dois milhões de casas portuguesas durante um dia inteiro. Só a capacidade de armazenamento de Gouvães permitirá o abastecimento da Área Metropolitana do Porto durante 24 horas (Iberdrola, 2020).

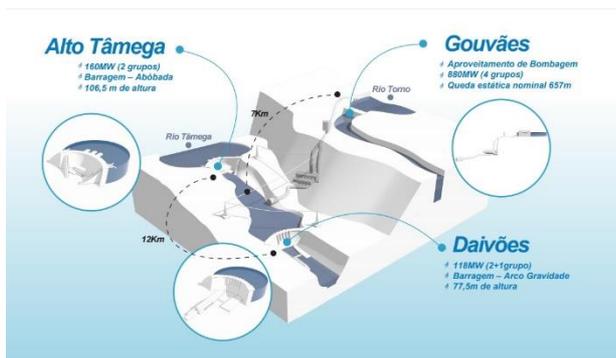


Fig. 3 – Esquema do sistema de bombagem entre barragens do SET (Iberdrola, 2020).

3. Os impactos na paisagem e na comunidade

A construção do SET (Fig. 4) abrange uma grande área no contexto do vale do Tâmega onde se insere, com impactos que afetam o território de sete Municípios: Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Chaves, Boticas, Cabeceiras de Basto, Montalegre e Valpaços.

Dada a dimensão do projeto e a extensão das áreas de albufeira, são muitos os impactos ambientais, socioeconómicos, culturais e paisagísticos que obrigam à adoção de medidas de minimização e de compensação das populações diretamente afetadas.



Fig. 4 – A Barragem de Daivões, cujos trabalhos se encontram em fase de conclusão. ©Emanuel Guimarães.

Estes impactos, identificados em contexto de Estudo de Impacte Ambiental, obrigaram a Iberdrola S. A. a implementar um plano de ação socioeconómico de mais de 50 milhões de euros a aplicar em medidas sociais, culturais e ambientais na região de influência das barragens (Iberdrola, 2020).

3.1. Impacto ambiental

O primeiro grande impacto decorrente da construção das barragens é o ambiental,

provocado, por um lado, pela intervenção no leito dos próprios rios e, por outro, pela criação de lagos artificiais. Prevêem-se alterações ao nível do clima provocados pela criação de grandes massas de água, em particular nas zonas de vale rodeadas de zonas de montanha, que se deverão traduzir na redução das amplitudes térmicas, no aumento da humidade do ar, na diminuição da ocorrência de geadas e no aumento da frequência de neblinas e nevoeiros, conduzindo a um clima mais húmido e ameno (Iberdrola, 2010). Há também impactos ao nível da geologia e geomorfologia locais, nomeadamente em termos de alteração da morfologia do terreno, decorrente das obras e das condicionantes na exploração de minerais, dado que muitos filões de interesse mineiro serão inviabilizados (Iberdrola, 2010). Por outro lado, a criação de grandes massas de água deverá conduzir à diminuição da qualidade da água relacionada com a eutrofização, devido à elevada carga de nutrientes, bem como criar impactos negativos ao nível dos sistemas ecológicos, nomeadamente nos ecossistemas aquáticos, em particular no que respeita às espécies migratórias que encontrarão barreiras à migração (Iberdrola, 2010). Também ao nível da flora e fauna terrestre haverá impactos

significativos, em primeiro lugar, devido à redução dos seus habitats, dada a ocupação da área pelas albufeiras; em segundo lugar, pela eliminação de espécies vegetais em larga escala, decorrente da desmatação dessas mesmas áreas. Há ainda a considerar os impactos ambientais ao nível sonoro e da qualidade do ar, decorrentes dos trabalhos de construção, inerentes ao tráfego de viaturas e movimentação de máquinas, entre outros (Iberdrola, 2010).

A identificação destes impactos levou ao estabelecimento de medidas de atenuação, nomeadamente em termos de integração paisagística das infraestruturas e recuperação das áreas afetadas, na definição e restrição de áreas e métodos de trabalhos, bem como no tratamento de materiais residuais da obra³ ou delimitação de horas, locais e formas de circulação de veículos e máquinas. Há ainda medidas de salvaguarda de espécies arbóreas, nomeadamente em áreas de estaleiro, bem como de espécies animais, nomeadamente pela definição de horas de trabalho, para evitar impactos nos hábitos das espécies, e na criação de corredores e passagens adequadas às necessidades da fauna⁴ (Procesl, 2018).

³ Aqui há referência, por exemplo, a formas de transporte, acondicionamento e tratamento.

⁴ Especial referência dada ao lobo ibérico, sendo definidas proibições em termos de proximidade das alcateias, da realização de trabalhos em horas de maior

3.2. Impacto socioeconómico

A criação das três albufeiras abrange uma grande área de intervenção que inclui zonas habitadas e infraestruturas económicas locais, que serão também afetadas. Prevê-se que sejam afetadas cerca de meia centena de habitações, grande parte de primeira habitação, sendo necessário realojar 52 famílias, das quais 43 só no concelho de Ribeira de Pena. Neste concelho é onde o impacto socioeconómico é mais visível, levando ao desaparecimento de uma aldeia e à redução de outras quatro, além de várias quintas agrícolas no vale do Tâmega (Taveira, 2019). Grande parte da área com potencial agrícola localizada no vale de Ribeira de Pena ficará inviabilizada além de outras áreas com potencial agrícola e florestal nas zonas de albufeira, parte das quais integrantes da Reserva Agrícola Nacional. De referir que esta é ainda uma das principais atividades económicas da região, a par da pecuária, que vê assim também muito reduzida a sua capacidade de produção. Para além dos solos, há ainda o impacto sobre os canais de regadio existentes, em particular no Rio Lourêdo, cujo caudal poderá ser diminuído pelo controlo provocado pela Barragem de Gouvães. O mesmo acontece relativamente à Praia

Fluvial de Vidoedo, a jusante da mesma barragem, que poderá ainda ver a qualidade da água afetada (Iberdrola, 2010).

Além da perda de propriedade e do potencial económico do território, releva aqui o impacto social de perda de identidade, provocada pelo desaparecimento de sítios de forte carga simbólica para as comunidades locais, espaços associados aos antepassados e às histórias e memórias familiares, individuais e coletivas, que representam marcos importantes na definição da identidade local.

Por outro lado, há a considerar os impactos positivos em termos económicos, em particular durante a construção. A construção do empreendimento envolveu cerca de 13.500 trabalhadores (Iberdrola, 2020), dos quais 3.500 trabalhadores diretos, muitos recrutados na região ou por meio de subcontratação de empresas locais. O envolvimento de trabalhadores e empresas extrarregionais levou a um aumento da procura de alojamento e de consumo na restauração e comércio regionais, traduzindo-se também num impacto positivo. Por fim, de considerar que a criação das albufeiras criará uma nova paisagem que se poderá traduzir em novas oportunidades de

atividade da espécie e da necessidade de criação de corredores adequados à sua atividade.

desenvolvimento com especial incidência no turismo (Iberdrola, 2010).

A requalificação e criação de novos acessos viários, o realojamento das famílias afetadas e a indemnização dos proprietários alvo de expropriação foram algumas das medidas compensatórias adotadas para atenuar os efeitos negativos acima descritos, complementados com medidas de valorização do território (Iberdrola, 2010; ProceSl, 2020).

3.3. Impacto cultural

Evidentemente que a construção do SET não podia deixar de ter um impacto cultural no território, seja pela afetação de património, seja pela alteração da paisagem. Ao nível do património cultural há o impacto direto em mais de uma dezena de sítios de interesse arqueológico ou arquitetónico. São afetadas, desde logo, as estruturas viárias de atravessamento do rio: a Ponte de Arame, imagem de marca do concelho de Ribeira de Pena, datada de 1913, é a mais emblemática por integrar o Roteiro Camiliano; mas também a ponte rodoviária que serve a EN 312, datada de 1963, um dos últimos exemplares construídos em granito pelo Ministério das Obras Públicas; o Pondrado, ponte rodoviária

datada da primeira década do século XX; e a Ponte de Arame de Veral, também suspensa, para referir apenas as mais emblemáticas que serão diretamente afetadas. Neste contexto, é de particular interesse o antigo caminho entre as povoações de Friúme e Ribeira de Baixo, parte da antiga estrada real entre Guimarães e Chaves, que conserva ainda o pavimento de granito marcado por sulcos da passagem de carroças. Trata-se de um caminho de interesse camiliano que integra hoje o percurso pedestre “Caminho do Abade” e que ficará submerso. Também o conjunto megalítico do Alvão de Chã das Arcas, classificado como Monumento Nacional será diretamente afetado, dado que parte das mamoas que o integram se localizam no leito da barragem de Gouvães. Merecem ainda referência: a Casa da Ribeira de Baixo, palacete do século XIX com características únicas na região; a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, de estilo barroco; as Almas da Ribeira, estrutura vernacular que se integra no Roteiro Maria Moisés; a Casa de Viela, grande casa agrícola do séc. XIX que conserva ainda várias estruturas rurais de interesse; a Escola de Viela, edifício do séc. XX; e as infraestruturas do início do séc. XX, ligadas à exploração mineira em Viela. Por fim, um conjunto de estruturas vernaculares, que englobam as habitações em arquitetura tradicional bem como moinhos, espigueiros, azenhas, lagares, açudes e poldras,

que irão desaparecer, grande parte no leito da albufeira de Daivões (Iberdrola, 2010; Apa, 2014).

A construção das barragens terá ainda um profundo impacto na paisagem, com alterações significativas ao nível da sua organização estrutural, com principal incidência nas áreas das albufeiras de Daivões e Gouvães. No caso da primeira, irá afetar todo o vale de Ribeira de Pena, marcado pelo sistema agro-silvo-pastoril que caracteriza a Região de Basto onde se insere, e imagem da fronteira entre Trás-os-Montes e o Entre-Douro-e-Minho (Iberdrola, 2010), que lhe valeu o epíteto de “Sintra de Trás-os-Montes” (Cruz & Magalhães, 1993). Além da perda da paisagem identitária da comunidade local pela alteração do leito do rio e o desaparecimento de grande parte da área agrícola e da vegetação ribeirinha que a caracterizava, trata-se também da perda de uma paisagem histórica, imortalizada por Camilo Castelo Branco na sua obra literária e que preservava até agora as principais características desse tempo praticamente inalteradas, atraindo anualmente milhares de visitantes que, percorrendo os roteiros e percursos pedestres, reviviam as histórias camilianas num imaginário de regresso ao passado. No caso de Gouvães, irá afetar o planalto do Alvão, paisagem caracteristicamente transmontana,

marcada pela vegetação serrana e a economia silvo-pastoril que caracteriza a sua comunidade. Tal como na anterior, criará uma alteração profunda na paisagem da Serra do Alvão que marca a identidade da comunidade local.

Neste contexto, as medidas de compensação que foram adotadas visaram a criação de alternativas para a rede viária, nomeadamente através da criação de novos viadutos, e de criação de equipas de prospeção e acompanhamento arqueológico das obras (Iberdrola, 2010). Preconizou-se a realocização de elementos do património mais relevantes, como a Ponte de Arame e a Capela de Nossa Senhora de Copacabana, que foram depois alvo de negociação com a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e as Câmaras Municipais, bem como a criação de planos de requalificação para as capelas de Nossa Senhora da Guia e Granja Velha, também afetadas pelo tráfego durante as obras (Apa, 2014). Ao nível da paisagem, foi acautelada a integração paisagística das infraestruturas do SET de modo a diminuir as perturbações visuais, bem como a reintegração das áreas utilizadas em contexto de obra (Iberdrola, 2010). O Percorso Pedestre do Abade foi alvo de requalificação, com a criação de um novo troço alternativo. Outras medidas de

compensação foram alvo de negociação com as Câmaras Municipais e incluíram, por exemplo, obras de requalificação urbanística na sede do concelho de Ribeira de Pena, resultando numa oportunidade efetiva de valorização do território por parte das comunidades locais.

4. A ação do Ecomuseu de Ribeira de Pena: Uma perspetiva de futuro

Como foi já referido, a Iberdrola S.A. foi incumbida de apresentar um programa de compensação pelos impactos negativos decorrentes da construção das barragens do SET. Para o efeito, foi criado um plano de investimentos no valor de 50 milhões de euros a realizar pela concessionária na região afetada, que garantisse medidas de compensação socioeconómica e cultural de forma integrada a desenvolver com o acompanhamento das entidades locais e regionais (Iberdrola, 2020). Tal incluiu um Plano de Salvaguarda Patrimonial que garantisse a reposição do património afetado ou a compensação pela sua perda, além da sua divulgação, desenvolvido com o acompanhamento da DGPC e DRCN (Apa, 2014).

O concelho de Ribeira de Pena será o mais afetado pela construção do SET, em particular pela construção da barragem de Daivões, cuja albufeira ocupará uma parte importante do seu território, com grandes impactos a nível ambiental, socioeconómico e cultural. Deste modo, a Câmara Municipal de Ribeira de Pena teve um importante papel na definição das medidas de compensação, bem como na execução e acompanhamento de muitas dessas medidas, chamando para tal a intervenção do Gabinete Técnico do Ecomuseu (GTE), particularmente nas questões relacionadas com o Património Cultural. De esclarecer aqui que o GTE integra a estrutura orgânica municipal dado o Ecomuseu ser uma estrutura cultural do Município. Mas houve também uma interação não institucional da sua equipa técnica com os agentes no terreno, que permitiu a entreaajuda dos profissionais e a identificação, salvaguarda e valorização de património que, de outra forma, se teria perdido.

Para acompanhamento dos projetos a desenvolver, foi definida uma linha de pensamento tendo por premissa a ideia de que a barragem constituirá uma oportunidade de valorização do território, sobretudo enquanto potencialidade para o turismo. Para o efeito, a valorização do património cultural permitirá

não só a salvaguarda dos elementos caracterizadores da identidade local, como também a criação de novos locais de interesse turístico que, desenvolvidos de forma integrada, permitirão a valorização turística do território, potenciando o seu desenvolvimento.

Ainda antes do início das obras, a equipa do GTE foi para o terreno realizar o inventário e registo fotográfico do património potencialmente afetado, bem com o registo fotográfico da paisagem. Estes registos foram sendo continuados no decorrer das obras, de modo a seguir as intervenções no património e as alterações na paisagem. Para o efeito foi essencial a boa relação com a equipa de acompanhamento da Iberdrola S.A., bem como da Palimpsesto, empresa de arqueologia responsável pelo acompanhamento das obras e intervenção no património. Neste campo, a boa relação entre equipas permitiu a troca de informações, a identificação simultânea de novas ocorrências e o acompanhamento conjunto das intervenções, possibilitando ao GTE o registo completo de ocorrências e a identificação de bens de interesse para incorporação no Ecomuseu ou para valorização na paisagem. A este nível foi possível a incorporação de um elevado acervo etnográfico destinado à destruição, proveniente dos edifícios vernaculares alvo de

demolição bem como de habitações expropriadas, património que servirá de meio físico para a preservação da memória e identidade local. No decorrer deste processo foi ainda possível o contacto com a comunidade, em particular com as famílias afetadas pelos trabalhos, permitindo a recolha de testemunhos históricos e etnográficos relacionados com os locais afetados.

No decorrer das contrapartidas negociadas pela concessionária com o Município, a DRCN e a DGPC, houve um conjunto de pareceres e propostas dados pelo GTE, alguns por iniciativa da equipa técnica, com vista à salvaguarda e valorização dos locais de interesse patrimonial, de modo a permitir o seu aproveitamento turístico. Como medidas de compensação de índole cultural, foram definidos vários trabalhos de relocalização e valorização de património, por vezes não afetado pela barragem. No âmbito do património arqueológico, foram definidas intervenções de restauro, estudo e valorização para o Menir de Alvadia, a Estação de Arte Rupestre de Lamelas, a Ponte de Alvite e o Castro de Seirós, sítios de maior interesse arqueológico do concelho e

maior potencial cultural⁵. Estes trabalhos foram definidos pelo GTE que acompanhará a sua execução. Estas medidas visam a fruição dos sítios arqueológicos e da paisagem de forma integrada, prevendo a criação ou requalificação de percursos pedestres que os integrem, bem como a sinalização, identificação e interpretação dos locais. Em termos do património artístico, foi definido o restauro das capelas de Nossa Senhora da Guia, Granja Velha e do altar-mor da Igreja Matriz de Ribeira de Pena, este último já em execução, trabalhos que têm também o acompanhamento do GTE. No âmbito da requalificação do Percurso Pedestre do Abade, foi definido um novo troço para a zona afetada, que mereceu também parecer do GTE. Foi definida uma nova localização para a Ponte de Arame nas proximidades (Fig. 5), integrando o percurso, bem como a reintegração de outras infraestruturas patrimoniais, algumas ainda em definição, das quais merecem referência a capela de Nossa Senhora de Copacabana e as Almas da Ribeira. O restauro e valorização destes locais permitirá criar novos meios de valorização do património ligado à vida e obra de Camilo Castelo Branco, integrando-o na nova paisagem criada pela albufeira. O

Ecomuseu de Ribeira de Pena viu também beneficiada a sua rede de núcleos museológicos, com o patrocínio de parte das obras de reconversão dos edifícios para a criação do Museu da Escola, do Museu do Volfrâmio e do Museu do Linho assegurado pela Iberdrola S.A., estando ainda prevista uma verba para a requalificação da Casa de Camilo|Friúme e a criação de infraestruturas de apoio à atividade cultural e educativa, intervenção a realizar em breve.



Fig. 5 – Ponte de Arame sobre o Rio Tâmega, ex-líbris turístico do concelho de Ribeira de Pena, alvo de realocação no âmbito dos trabalhos do SET. ©Emanuel Guimarães.

O GTE encontra-se a reorganizar a oferta cultural do território de forma integrada com a restante oferta turística. Para tal, estão a ser

⁵ A Ponte de Alvite e a Estação de Arte Rupestre de Lamelas encontram-se classificados, enquanto o Menir de Alvadia está em vias de classificação. O Castro de Seirós foi descoberto há poucos anos e revela grande

potencial para a compreensão da ocupação humana no território, além de se revelar um excelente miradouro para a Barragem do Alto Tâmega.

revisos e atualizados os roteiros culturais e a rede de percursos pedestres, de forma a incluir os novos sítios de interesse bem como a nova paisagem que será criada em breve, estando já em fase de preparação os materiais gráficos destinados à divulgação. Também a programação cultural do Ecomuseu tem definido o aproveitamento dos testemunhos materiais e imateriais recolhidos, nomeadamente através da organização de exposições e outros eventos culturais e da produção de bibliografia.

A intervenção interessada e diligente da equipa técnica do GTE no processo das barragens do Tâmega permitiu o inventário e salvaguarda do património material e imaterial associado à paisagem e à memória coletiva da comunidade, mas também garantir a valorização integrada do património cultural e turístico de modo a transformar este processo numa oportunidade de criar condições para o desenvolvimento local, por meio da valorização do património cultural enquanto complemento ao futuro potencial turístico da barragem.

Considerações finais

A construção do SET surgiu no território como uma fatalidade, nem sempre muito bem definida ou esclarecida junto das populações locais. Os avanços e recuos que se verificaram ao início deixaram a comunidade local cética, mas, logo que se percebeu a sua inevitabilidade, começou a desenhar-se o futuro do território com as barragens.

Não foi um processo fácil, nem pacífico, sendo constantemente alvo de revisão de modo a servir os interesses dos diferentes intervenientes ⁶. Independentemente das compensações financeiras atribuídas, há uma dimensão imaterial que nunca é compensada, respeitante às memórias e vivências da comunidade que caracterizam a sua identidade e que, em parte, se perdem com o desaparecimento da paisagem e dos locais físicos. Esta paisagem, moldada durante séculos pela ação humana para o aproveitamento agrícola e florestal, manteve-se sem alterações profundas até ao fim do século XX, preservando a beleza conjuntural que inspiraram Américo Costa, Esteves Pereira e Camilo Castelo Branco. A mesma paisagem que desaparece agora com a iminência do enchimento da Albufeira de Daivões, o que

⁶ Ainda recentemente houve um diferendo com os proprietários a desalojar que obrigou a concessionária a

rever o processo de indemnizações a conceder (Lusa, 2020).

acontecerá em breve. Mas a transformação da paisagem traz também novas oportunidades que, se planeadas com tempo, se podem transformar em ativos de valorização do território, contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconómico.

Há muito que os museus deixaram de ser instituições fechadas sobre si e se abriram à comunidade e ao meio onde se inserem, assumindo muitas vezes um papel determinante na dinâmica económica, social e cultural das regiões. A Nova Museologia estabeleceu uma ligação indissociável entre os museus e a comunidade local e alargou os meios de intervenção dos museus no território, enquanto agentes ativos da sociedade (Davis, 1999). As próprias comunidades ganham também com os museus quando veem neles um reflexo da sua identidade, proximidade que constitui um fator de desenvolvimento social.

A comunidade local foi, desde o início, envolvida no desenvolvimento do Ecomuseu de Ribeira de Pena, participando ativamente na criação dos seus diferentes núcleos e na dinâmica cultural promovida por este. Conhecer o terreno e ter uma relação de proximidade com a comunidade facilitou a ação do Ecomuseu durante este processo e permitiu-lhe garantir a salvaguarda de património cultural material e imaterial

importante para a salvaguarda da identidade cultural, minimizando as transformações que decorrerão nessa mesma identidade como fruto da transformação profunda da paisagem provocada pelas albufeiras. Por outro lado, garantiu que as ações de valorização do património se transformariam em oportunidades para o futuro, enquanto oferta cultural integrada de apoio às potencialidades que advirão para o turismo, contribuindo para a atração de investimentos e promovendo uma nova dinâmica económica, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local.

Não foi objetivo, no contexto deste documento, avaliar as decisões institucionais ou a escolha das medidas de compensação, ou mesmo as tomadas de posição antagónicas que surgiram ao longo do processo, nem abordar o que correu menos bem. Pretendeu-se, sim, apresentar o trabalho desenvolvido pelo GTE para criar uma valorização integrada do património cultural que permitisse a salvaguarda da identidade local e o apoio ao desenvolvimento do território, trabalho prático que poderá servir de exemplo para os profissionais de museus ou do património cultural em processos de dimensão semelhante, em que se veem na necessidade de intervir ativamente nas dinâmicas do território onde os museus se inserem.

Guimarães, E. (2020). *Museus em tempo de mudança: A ação do Ecomuseu de Ribeira de Pena no processo das Barragens do Tâmega*. In P. M. Homem, M. Monteiro & M. E. Oliveira (Eds.), *Ensaios e Práticas em Museologia* (Vol. 09, pp. 98-116). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/9789728932824/en9a6>

Referências

Apa (2020). *Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico*. [Em linha]. Disponível em: <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=1244> (Consultado: 02/06/2020).

Apa et al. (2014). *Parecer da Comissão de Avaliação: Apreciação do Documento "Atualização do Cumprimento de Condicionantes Impostas no âmbito do Relatório de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução (RECAPE) Previamente ao Licenciamento" - Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões*. [Em linha]. Disponível em: http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/RECAPE268/ppa402-parecerca_elemprevlic3_alterabril20142016415165819.pdf (Consultado: 02/06/2020).

Cruz, M. C. & Magalhães, J. E. (1993). *Monografia do Concelho de Ribeira de Pena*. Ribeira de Pena: Câmara Municipal.

Davis, P. (1999). *Ecomuseums: A Sense of Place*. London: Leicester University Press.

Duarte, A. (2014). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, 6(2), 99-117. [Em linha]. Disponível em: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=77419 (Consultado: 02/06/2020).

Ecomuseu de Ribeira de Pena (2020). [Em linha]. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.ecomuseu-rpena.pt> (Consultado: 02/06/2020).

Gómez Martínez, J. (2006). *Dos Museologías. Las Tradiciones Anglosajona y Mediterránea: Diferencias y Contactos*. Gijón: EdicionesTrea.

Iberdrola (2010). *Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Padroselos, Alto Tâmega e Daivões: Estudo de Impacte Ambiental – Resumo Não Técnico*. [Em linha]. Disponível em: http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/RECAPE268/32409rnt_a2019410151844.pdf (Consultado: 02/06/2020).

Iberdrola (2020). *Sistema Eletroprodutor do Tâmega*. [Em linha]. Disponível em: <http://tamega.iberdrola.pt> (Consultado: 02/06/2020).

Guimarães, E. (2020). Museus em tempo de mudança: A ação do Ecomuseu de Ribeira de Pena no processo das Barragens do Tâmega. In P. M. Homem, M. Monteiro & M. E. Oliveira (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 09, pp. 98-116). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/9789728932824/en9a6>

ICOM (s/d). *Museum Definition* [Em linha]. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/> (Consultado: 02/06/2020).

Lei n.º 47/2004. D.R. I Série-A. 195 (2004-08-19) 5379.

Lusa (2010). Ministério do Ambiente chumba uma das quatro barragens do Alto Tâmega. *Público*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/06/22/economia/noticia/ministerio-do-ambiente-chumba-uma-das-quatro-barragens-do-alto-tamega-1443043> (Consultado: 02/06/2020).

Lusa (2020). Enchimento da barragem de Daivões deverá começar a partir de outubro. *A Voz de Trás-os-Montes* [Em linha]. Disponível em: <https://www.avozdetrasosmontes.pt/noticia/27520> (Consultado: 23/06/2020).

Nabais, A. (1993). Nova Museologia: Novas Práticas Museológicas. *Vértice*, 54, 46-50.

Pessoa, F. S. (2001). *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Edições Afrontamento.

Prado, M. (2019). Barragens de Sócrates: O plano pela metade, o encaixe por inteiro. *Expresso* [Em linha]. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2019-04-16-Barragens-de-Socrates-o-plano-pela-metade-o-encaixe-por-inteiro> (Consultado: 02/06/2020).

Procesl (2018). *Aproveitamentos Hidroeléctricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões: Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) - Sumário Executivo*. [Em linha]. Disponível em: <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2148/RNT2148.pdf> (Consultado: 02/06/2020).

Taveira, B. (2019). Iberdrola já não vai realojar famílias em contentores. *Diário de Trás-os-Montes*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.diariodetrasosmontes.com/reportagem/iberdrola-ja-nao-vai-realojar-familias-em-contentores> (Consultado: 02/06/2020).

Valdés Sagüés, M. C. (1999). *La Difusión Cultural en el Museo: Servicios Destinados al Gran Público*. Gijón: Ediciones Trea.